

ORGANISMOS DE CONTROLE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO ASSENTAMENTO MILTON SANTOS

FERREIRA, Tauan Manieri¹
GASPARI, Luciane Cristina²
KATHOUNIAN, Carlos Armênio³
MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo⁴

RESUMO

O presente trabalho foi realizado no âmbito do Núcleo de agroecologia Nheengatu, da ESALQ/USP, visando veicular uma reflexão sobre a criação no assentamento Milton Santos de uma organização de controle social (OCS). A OCS é uma alternativa de reconhecimento orgânico dos produtos alimentares para a comercialização direta para consumidores ou mercados locais. Esta alternativa, de um lado, permitiria o aumento da renda dos assentados, em razão notadamente da majoração dos preços pagos aos agricultores no âmbito da modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar com Doação Simultânea do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e, de outro lado, seria uma ferramenta considerável de difusão das práticas agroecológicas. Por outro lado, o processo de criação de uma OCS constitui igualmente uma poderosa ferramenta para o desenvolvimento territorial. Trata-se de proporcionar ao território uma maior dinâmica social, permitindo uniragentes em projetos coletivos comuns e favorecendo a identificação de práticas favoráveis à sustentabilidade no território. Assim, a OCS contribui com a evidência da capacidade que a agricultura tem de ser uma atividade multifuncional. Ela pode garantir a reprodução social das famílias de assentados rurais, também contribui para sua segurança alimentar, bem como pode ser decisiva para a preservação dos recursos naturais e culturais ligados ao território. Nosso trabalho permitiu identificar 12 agricultores dispostos ao engajamento na empreitada de constituição da OCS, discutindo suas motivações e perspectivas. Todavia devido a problemas de natureza tecnológica, somente quatro famílias agricultoras irão compor essa primeira OCS, que está na fase final da sua implantação.

Palavras-chave: Organização de Controle Social, agricultura familiar, desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura.

INTRODUÇÃO

Admite-se em primeiro lugar no âmbito desse trabalho que a agricultura é uma atividade de caráter multifuncional, tendo função não somente econômica, mas também é de fundamental importância para a manutenção do tecido sociocultural do meio rural, bem como para a segurança alimentar das famílias agricultoras e podendo ainda ser uma ferramenta para a preservação dos recursos naturais (CAZELLA, et al., 2009)

¹ Estudante de engenharia agrônoma e bolsista ITI do CNPQ, tauan.ferreira@usp.br

² Doutoranda do programa de pós-graduação em Ecologia aplicada ESALQ/CENA, Luciane.degaspari@yahoo.com.br

³ Professor doutor do Departamento de Produção Vegetal ESALQ/USP, armenio.esalq@usp.br

⁴ Professor doutor do Departamento de Economia, Administração e Sociologia ESALQ/USP e do PPGI em Ecologia Aplicada pmarques@usp.br

Em segundo lugar, a criação de uma organização de controle social (OCS), dispositivo essencial para o reconhecimento de qualidade orgânica de produtos comercializados localmente, proporciona em princípio um ganho real na renda dos agricultores familiares, notadamente considerando os estímulos de programas públicos para a produção orgânica tal como aquele de Aquisição de Alimentos (PAA). De outra parte, o OCS reforça caminhos para sistemas de produção de base ecológica. Não obstante, a organização de controle social ainda contribui para dar visibilidade a esse caráter multifuncional da agricultura e fomentar a dinâmica social do território com o engajamento de seus agentes em projetos coletivos comuns.

Por fim, essas ideias compõem hipóteses desse trabalho, que foi dividido em três partes que estão diretamente relacionadas. A primeira parte é uma breve caracterização do assentamento Milton Santos, foco de nossa análise aqui. Nesta parte, considera-se particularmente as suas limitações tecnológicas e a caracterização da sua força de trabalho. A segunda trata-se de uma reflexão crítica sobre a experiência de pesquisa-ação que permitiu encaminhar a criação de uma OCS neste assentamento. Enfim, nossa conclusão aponta notadamente para os novos desafios para futuros trabalhos no assentamento Milton Santos.

Caracterização do assentamento Milton Santos

Situado em zona periurbana o assentamento Milton Santos tem parte de suas terras no município de Americana e parte em Cosmópolis. A proximidade com os centros urbanos implica em dinâmica territorial específica. Trata-se de muitas oportunidades de trabalho em atividades não agrícolas, tanto aquelas pouco ou nada relacionadas com a agricultura, mas também aquelas abrindo melhores possibilidades de comercialização dos produtos agrícolas.

A dimensão dos lotes dos assentados chega somente a um hectare. Assim, a busca por atividades intensivas constitui uma estratégia coerente dos assentados visando maior ganho de renda ao longo de todo o ano. Trata-se da melhor forma para as famílias de garantir sua sobrevivência a partir dos lotes. Neste quadro, a produção de hortaliças é a melhor opção, pois Proporciona maior rendimento por unidade de área, sobretudo quando sob manejo orgânico.

Todavia a preferência por ocupar o lote com hortaliças ocorre somente em 2% dos agricultores. A razão deste paradoxo é a falta de água nos lotes, considerado o principal entrave à produção para 56% das famílias. Outros 21% apontam como

principal entrave à produção a baixa fertilidade do solo, associada à alta acidez gerada pela presença do alumínio em altas concentrações.

Assim, as atividades que ganham notadamente destaque na ocupação dos lotes são as lavouras de milho e mandioca (presentes em 47% dos lotes) e a criação de pequenos animais (em 48% das unidades de produção), sobretudo de galinhas (em 42% das parcelas). A intensificação dos sistemas de produção depende de acesso a capital e à tecnologia, notadamente para permitir a captação de água e a correção dos solos.

No que se refere à força de trabalho, em razão de ser um assentamento periurbano, com grande interferência das cidades na sua dinâmica territorial, as estratégias de reprodução social das famílias incluem frequentemente a realização de atividades não especializadas em meio urbano. Estas últimas remuneram melhor a hora de trabalho quando comparado à lavoura, mas podem ser vistas como menos propícias para assegurar ocupação estável.

Dados obtidos em censo realizado pelo Neegathu em 2012 estão assentadas 62 famílias sendo a agricultura a principal fonte de renda para 51% das famílias e a segunda para 45%. Fazendo um recorte e direcionando nosso olhar sobre o primeiro grupo, percebe-se que apenas 39% dessa população se encontram na faixa etária de 21 a 50 anos. De fato, são os mais jovens aqueles que mais são atraídos para o emprego urbano, o que explica sua concentração nas famílias tendo com principal fonte de renda atividades fora do lote. Para o grupo focado na agricultura, a intensificação agrícola pode conhecer limites em razão desta certa escassez de mão de obra.

Outra característica importante desse grupo susceptível de aprofundar esse problema da escassez de mão de obra se refere aos tamanhos desses núcleos familiares. 57% das famílias são constituídas com no máximo três membros. 19% dessas famílias são compostas de apenas um membro e 23% de apenas dois. Ainda mais, 26% dos membros destas famílias possuem capacidade de trabalho comprometida devido a problemas de saúde.

Portanto, considerando as dificuldades de mão de obra e as outras atividades que podem melhor remunerar o agricultor que a agricultura, a busca por alternativas produtivas que remunerem melhor o agricultor hora/trabalho é um ponto chave para o desenvolvimento local. Nesta medida, a organização de controle social (OCS) se torna um projeto coletivo capaz em grande medida de promover a valorização do trabalho na agricultura e favorecer assim o desenvolvimento local, dinamizando social e produtivamente o assentamento.

A construção da OCS (ORGANIZAÇÃO DE CONTROLE SOCIAL)

Em primeiro lugar, convém destacar que a modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar com Doação Simultânea do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), muito acessada no assentamento, permite Agregar um maior valor por unidade de produto alimentar, na ordem de 30% em relação ao preço praticado no mercado local para alimentos convencionais. Com este estímulo, em meio às diversas atividades do Núcleo de Agroecologia da ESALQ/USP (Nheegatu) no assentamento Milton Santos, foi proposta a ideia de se criar um OCS. O diálogo foi a primeira e principal ferramenta para o sucesso e consolidação de um grupo de famílias assentadas interessadas.

O diálogo foi realizado em duas escalas diferentes. A primeira diz respeito ao nível das famílias agricultoras. A segunda se refere ao coletivo maior do grupo de agricultores interessados. Ambos os níveis são importantes: o primeiro nos permite revelar como ocorre a organização de cada núcleo família e, o segundo, como esses agricultores podem entrelaçar seus interesses para formar um grupo. Este diálogo procurou elencar os pontos-chaves de dificuldades, pois são esses entraves que, quando solucionados, podem fortalecer as energias para a concretização dos objetivos (KHATOUNIAN, 2001).

Ao longo do processo, doze famílias se mostraram interessadas em compor uma organização de controle social. Entretanto, somente quatro famílias conseguiram reunir as condições necessárias. O principal entrave para as outras oito famílias foi à falta de água em seus lotes para a produção. A segunda dificuldade se refere à capacidade de articulação destas famílias em projetos coletivos. Desentendimentos e desconfiança são muito comuns entre os assentados.

Foram realizadas visitas ao lote de cada família com vistas a realizar um levantamento dos pontos-chaves de dificuldades tanto do ponto de vista tecnológico como social. No âmbito produtivo, foram investigados o que se produz, porque se produz, bem como as fontes de fertilizantes, os tipos de controle de organismo espontâneos e de manejo das criações. No quadro socioeconômico, foram investigados a composição familiar, o processo de tomada de decisões produtivas, o trabalho no lote, as fontes de renda e o engajamento na comunidade. Evidentemente, cada uma dessas questões assume feição diferente em cada sistema, podendo ser ou não ponto-chave de dificuldade.

Como se trata de um processo de certificação, no qual é de extrema importância a caracterização, conforme a legislação, da produção orgânica, as visitas aos lotes foram mais frequentes do que as reuniões coletivas. Em nossa metodologia, a abordagem junto aos assentados permitiu captar temas mais sensíveis como, por exemplo, o uso de herbicidas para o controle do mato ou o emprego de ureia.

Embora em menor quantidade, as reuniões coletivas tiveram finalidades específicas, tratando de temas delimitados previamente e de relevância para todo o grupo. Foram também momentos de formação, com o objetivo, sobretudo de superar aqueles pontos-chaves de dificuldades, principalmente quanto ao preparo de solo, aos aspectos tecnológicos da produção de hortaliças folhosas e ao manejo de organismos espontâneos. Os temas foram sempre abordados com a finalidade de mudança na prática agrícola e não na mudança de insumos. A título de ilustração, quanto ao preparo de solo, o esterco era incorporado ao solo com semanas de antecedência o que resultava em uma maior perda de nutrientes, o que tornavam necessárias adubações mais pesadas de cobertura para obter colheitas satisfatórias.

Outro ponto para o qual esse espaço foi importante para a construção da ideia de que o OCS é antes de tudo uma modalidade de reconhecimento de produtos orgânicos baseada na confiança entre os agricultores e de seu grupo com a sociedade. Estreitando as relações no próprio grupo, as bases para melhor relacionamento com a sociedade seriam mais fortes. Esse também foi um espaço de levantamento de dúvidas e de esclarecimentos sobre o funcionamento desse tipo de reconhecimento. Uma discussão que merece destaque aqui diz respeito à venda: no início, os agricultores acreditavam que poderiam vender os seus produtos para atravessadores que os venderiam como orgânico. Há uma tendência muito comum de se acreditar que essa é a melhor forma de comercialização. De toda a maneira, este tipo de transação é proibida no âmbito de um reconhecimento orgânico via OCS.

A partir deste processo, houve a consolidação de um grupo de quatro famílias que se engajam a compor essa primeira organização de controle social (OCS) no assentamento Milton Santos. Trata-se de famílias com grande afinidade de trabalho, sendo todas vizinhas e com experiência de trabalho em grupo. O acesso à água no lote foi possível graças à organização desse grupo, que desenvolveu um sistema de bombeamento da água do córrego Jacutinga via moinho de vento. A água então é armazenada em uma caixa d'água de cinco mil litros que é distribuída por gravidade

para os quatro lotes. Coube a cada família contribuir com uma parte dos materiais necessários para a obra, que foi executada em modalidade de mutirão.

Quanto à composição familiar, a três famílias são compostas por um casal, dois deles com crianças (2 ou 3) e o outro abrigando a mãe da esposa. Apenas um agricultor representa o quarto lote deste grupo. Dentre às estratégias de reprodução social, somente a terceira família tem como única estratégia econômica a agricultura. Portanto, a produção para consumo doméstico é de extrema relevância para esta família. A ocupação deste lote com cultivos alimentares é permanente ao longo de todo o ano. A cultura proteica mais importante é o feijão comum (*Phaseolus vulgaris*). Todavia se encontram ainda feijão-de-fava (*Phaseolus lunatus*) e feijão-guandu (*Cajanus cajan*). Dentre as amiláceas, a mais importante é a mandioca (*Manihot esculenta*) encontrando-se ainda batata-doce (*Ipomoea batatas*) e o milho (*Zeamays*), este último com maior importância para alimentação animal. Presente nesse sistema, ainda se encontram criações de galinhas e porcos também para o consumo doméstico, constituindo a principal fonte de proteína animal dessa família. As estratégias das outras famílias são mais diversificadas, incluindo outras fontes de renda não agrícolas. Como a produção é pequena para consumo doméstico, estes lotes nem sempre são totalmente ocupados com cultivos agrícolas.

Dentro do quadro tecnológico, por serem sistemas de baixa intensidade produtiva, não apresentam grandes problemas com pragas e doenças. Assim, é simples inscreve-los na legislação vigente relativa à agricultura orgânica. Entretanto, cabe ressaltar que os problemas fitossanitários encontrados por uma das famílias. Basicamente, seu sistema produtivo é constituído de horta com 1000 m² e de campo de abóbora de 5000 m². O restante do espaço é ocupado aqui e ali com algumas frutíferas. O mais grave dos problemas são os diversos vírus das cucurbitáceas em razão dos cinco anos consecutivos da produção de abóboras no mesmo local e da mesma forma. O resultado é a paulatina queda da produção: no ano de 2014, a perda foi aliás quase total. De maneira geral, estes problemas podem ser de fácil contorno, caso se implantem práticas adequadas e insumos alternativos.

As criações desempenham um triplo papel nos sistemas agrícolas: elas são fonte de renda, destinadas ao consumo doméstico e promotoras de fertilidade do solo. Como uma das famílias do grupo em questão não desenvolve criações, ela tem maior dificuldade em manter a fertilidade do solo, dependendo obrigatoriamente da compra de esterco. As outras três famílias criam galinhas, porcos e até uma vaca. Não dependem

da compra de esterco, porém o manejo deste material orgânico para fins de fertilidade não é efetuado de forma inadequada. Portanto, trata-se de um ponto chave de dificuldade que foi identificado e que deve ser tratado com profundidade.

Vislumbrando o desenho de agroecossistemas sustentáveis, o diálogo com estes agricultores procura levantar todos os temas sensíveis no sentido de se propor mudanças nos conjunto das práticas agrícolas com vistas a alcançar a produção orgânica. Trata-se de sempre privilegiar as técnicas apropriadas a sistemas ecológicos fundados em autonomia do que incorporar via aquisição no mercado do conjunto de insumos permitidos na agricultura orgânica. Temas como preparo de solo e manejo de agroecossistemas para o controle de doenças e pragas foram abordados. Os temas pontuais relativos à produção de alface, rúcula e repolho também são importantes nesta abordagem.

No concernente a organização formal do grupo, duas questões são centrais. Trata-se de definir os produtos que devem ser reconhecidos como orgânicos e dos procedimentos que devem ser adotados para tal. Primeiramente o reconhecimento orgânico está sendo preparado para as hortas graças à OCS. Em razão de limitações tecnológicas e de capital, a área de horta foi priorizada por sua importância econômica. Em segundo lugar, estão sendo providenciados os documentos necessários, como a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e os formulários e aqueles de controle produção e comercialização.

Dois instrumentos são de fundamental importância para o sucesso da organização de controle social: o caderno de campo e a ata de suas reuniões. Trata-se dos documentos que relatam os mecanismos internos de controle. O primeiro é o instrumento individual pelo qual se descreve as práticas culturais realizadas em campo por cada um dos agricultores. E o segundo é a ferramenta coletiva que registra as atividades realizadas pelo grupo, como a periodicidade das visitas realizadas por este último em cada lote ou as decisões em termos das técnicas ou insumos adotados pelo grupo. Para serem efetuados esses registros, são realizadas reuniões quinzenais. Porém, mais do que uma ferramenta, trata-se de um espaço onde se concretiza esse projeto coletivo comum, que pode ser concebido como arranjos de atores sociais e institucionais em função de um objetivo e recursos compartilhados que modificam o território (CAZELLA, et al., 2009) Desta maneira, este espaço favorece ainda troca de experiências e saberes.

No que se refere aos registros no caderno de campo, cabe o desenvolvimento de procedimentos práticos e simples para o uso cotidiano do agricultor. Buscaram-se formas de registro que são compatíveis com a formação educacional e a realidade vivenciada no grupo. O fundamental consiste em realizar sua finalidade, ou seja registro a rotina de trabalho. Efetivamente, na composição do grupo encontra-se um agricultor analfabeto, todos os outros membros e por apresentando dificuldades com leitura e escrita.

As folhas do caderno contêm uma tabela para cada canteiro da horta. Foram selecionadas pequenas imagens que representam as principais operações de cultivo, como preparo de solo, plantio, adubação, controle de mato, controle de pragas e colheita.

Ademais, foram inseridas perguntas simples e diretas (Como? Quanto? Área? Quantia? e Tempo?). Cada ciclo de culturas, concluído na colheita, possui sua folha de registro. Quando se inicia um novo plantio, portanto outra folha de registro é aberta. Com o término de um ciclo, o agricultor terá a sua disposição um histórico exato de cada canteiro. Porém, mais difícil do que conceber o caderno é encorajar o agricultor a criar o hábito de registrar as operações. A incorporação desta prática de registro exige uma transformação das disposições do o agricultor e a persistência por parte do técnico. Apesar da resistência inicial, os registros já permitem mostrar aos agricultores aspectos de seus sistemas produtivos que eles não se davam anteriormente conta, desdopor exemplo, quantas horas trabalho são necessárias para produzir um canteiro de alface.

Evidentemente, esses mecanismos, pelos quais foi possível pavimentar o caminho da criação do OCS, modificam em grande medida a concepção que as famílias agricultoras tinham de sua própria agricultura. Esta modalidade de obtenção de reconhecimento de produção orgânica supõe a construção de laços fortes de confiança entre as famílias agricultoras, o que significa compreender a dependência de cada uma em relação aos outros para que tal empreendimento tenha sucesso. Desta forma, o sistema funda-se em grande engajamento das famílias nesse processo.

De nosso ponto de vista, a construção desta OCS fomenta em muito uma dinâmica social, de forma diferenciada e sustentável, favorável ao desenvolvimento territorial. Os atores envolvidos tendem a levar em consideração não somente aspectos econômicos, mas também sociais e ambientais,visão que é favorecida pela interaçãoentre produtores, consumidores, além de outros atores da esfera pública e

provada, o que reforça a construção do capital social desse território (WATANABE & SCHMIDT 2008).

CONCLUSÃO

No assentamento Milton Santos, 90% dos assentados residiam anteriormente nas periferias urbanas, porém vindos antes de zonas rurais. De toda maneira, a reconstrução da vida neste meio agrícola urbano exige um determinado número de saberes. Este conhecimento está sendo adquirido desde a instalação no assentamento em 2005.

A demanda das famílias assentadas por capacitação é clara. Entretanto, ela é específica a um assentamento com características incomuns. Os aspectos básicos da produção de pequenos animais e olericultura têm se apresentado no primeiro plano destas demandas. A interiorização deste conhecimento pressupõe também um olhar para práticas adequadas para o uso e conservação dos recursos naturais, notadamente água e solo, com a perspectiva de desenvolvimento da agricultura orgânica.

Nesta linha de raciocínio, o reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura é favorecido pelo processo de implantação de uma organização de controle social com a qual se obtém uma validação da qualidade orgânica dos produtos dos assentados. De nosso ponto de vista, as discussões fomentadas em torno da concepção de uma OCS reforçam uma perspectiva de desenvolvimento sustentável. Trata-se da abertura de um espaço para o diálogo com os agricultores sobre temas como preservação de recursos naturais, impactos ambientais da agricultura e reconstrução da paisagem agrícola sob uma ótica além produtiva.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério do desenvolvimento agrário e Ministério do desenvolvimento social e combate a fome. Programa aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA). 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Controle Social: Na venda direta ao consumidor de produtos orgânicos sem certificação. Brasília, 2009.

CAZELLA, A. A. BONNAL, P. MALUF. R. S. (ORG.) “Agricultura Familiar multifuncionalidade e desenvolvimento território no Brasil”. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

KHATOUNIAN, C. A. A reconstrução ecológica da agricultura. Agroecológica. Botucatu, 2001. 348 p.

MACHADO, A. G. CAUME, D. J. “Multifuncionalidade e Pluriatividade como alternativas de desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil”. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia rural. 2008, Rio Branco. Acre. Disponível em <<http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/108090/2/17.pdf>> Acessado em: 01/05/2014

MORUZZI MARQUES, P. E. LUCAS, A. “Reforma agrária e desenvolvimento territorial em questão: estudo sobre assentamento periurbano no estado de São Paulo”. 36º Encontro Anual da ANPOCS. 2012, Águas de Lindóia SP.

MORUZZI MARQUES P. E.; OLIVEIRA, L. J.; NEMOTO, E. ANTIER, C. “Condições de trabalho e planos de reconstrução de vida: o caso do assentamento Milton Santos em Americana/SP”, *IV Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais: controvérsias e alternativas de desenvolvimento*. 2010, Araraquara: UNIARA.

SABOURIN, E.” Implicações teóricas e epistemológicas do reconhecimento da noção de multifuncionalidade da agricultura para as ciências sociais”. XXIX Encontro Anual da ANPOCS. 2005, Caxambu. MG. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3813&Itemid=318> Acessado em: 01/05/2014

WATANABE, K. SCHMIDT, C. M. “A multifuncionalidade da agricultura e suas externalidades positivas para o desenvolvimento local”. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia rural. 2008, Rio Branco. Acre. Disponível em: <<http://ageconsearch.umn.edu/handle/113380>> Acessado em: 01/05/2014